



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

fundado em 19 de fevereiro de 1981

Circular nº 539/2024

Brasília (DF), 26 de novembro de 2024.

Às seções sindicais, às secretarias regionais e à(o)s Diretora(e)s do ANDES-SN

Assunto: Envia relatório da reunião do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA).

Companheira(o)s,

Encaminhamos, para conhecimento, o relatório da reunião do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA), realizada nos dias 9 e 10 de novembro de 2024, na sede do ANDES-SN, em Brasília (DF).

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof. Alexandre Galvão Carvalho
2º Secretário

**REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE SEGURIDADE SOCIAL E
ASSUNTOS DE APOSENTADORIA – GTSSA**

SEDE NACIONAL DO ANDES-SN - 9 E 10 DE NOVEMBRO DE 2024

09/11/2024 (SÁBADO) – MANHÃ

LISTA DE PRESENÇA

COORDENAÇÃO: Gilberto Grassi Calil; Josevaldo Pessoa da Cunha; Maria Lúcia Lopes da Silva e Michele Schultz Ramos.

Adelson Fernandes Moreira (SINDICEFET-MG); Adroaldo Oliveira dos Santos (ADUFS-BA); Aloisio da Silva Lima (ADUFPB); Angélica Conceição Dias Miranda (APROFURG); Antônio Carlos Gondim (APUFPR); Antônio Kelson Vieira da Silva (ADUFPI); Célia Soares Martins (APRUMA); Celeste Pereira (ADUFPEL); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Edson Franco de Moraes (ADUFPB); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Eva Bessa Soares (ADUFOP); Francisco José da Costa Alves (ADUFSCAR); Gihad Mohamad (SEDUFMS); Jadir Camargo Lemos (SEDUFMS); João Claudino Tavares (ADUFF); Luciana de Amorim Nobrega (ADUR-RJ); Maria Conceição Lobato Muniz (APRUMA); Maria Silvia Viccari Gatti (ADUNICAMP); Maria do Socorro Solano de Andrade de Oliveira (ADUFPI); Neli Edite dos Santos (ADUFU-SS); Nilza de Oliveira Sguarezi (ADUFMAT); Paulo Santos Assis (ADUFOP); Regina Célia da Silva (ADUNICAMP); Regina Cohen de Barros (ADUR-RJ); Ricardo Roberto Behr (ADUFES); Sandra Mara Alessi (APUFPR); Sara Granemann (ADUFRJ); Silma do Carmo Nunes (ADUFU-SS); Vera Lucia da Rocha Pereira (ADUFPA); Verônica Silva Fernandez (ADUFF) e Virgínia Márcia Assunção Viana (SINDUECE).

INFORMES DAS SEÇÕES SINDICAIS

ADUNICAMP

A Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas participa pela primeira vez do encontro do GTSSA do Andes. Não temos um GTSSA local, porque temos no Fórum das 6 o GTPrevidência que nos subsidia com dados e demandas relativas à previdência.

Relacionamos assim as ações e atividades relacionadas direta ou indiretamente a(os) aposentados e aposentadas no sentido de aproximá-los da Associação.

Sindicais:

- 1) Criação da Diretoria de Aposentados;

- 2) Assessoria jurídica a todos os Associados - inclusive para assuntos de aposentadorias e para ações coletivas (URV por exemplo) que reavivam a importância da luta coletiva e da sindicalização
- 3) Criação do Arquivo Histórico da ADunicamp conforme a Cartilha de Boas Práticas de Arquivística do ANDES. A construção do arquivo, ao trazer à tona a memória da luta por direitos, tem a finalidade de valorizar aqueles e aquelas que construíram a Universidade
- 4) Dados : praticamente metade dos nossos 2382 associados são aposentados

Atividades de aproximação dos e das docentes aposentados(as) ao sindicato:

Culturais e/ou associativas:

- 1) Atividade física : CaminhaADu
- 2) Excursões: ADunicamp na Estrada - visitas a museus, e idas a teatros
- 3) Cine Clube - CineADu
- 4) Confraternizações - festa junina, festa do professor, festa de fim de ano
- 5) Cursos de línguas - italiano, espanhol e inglês
- 6) Grupo de Xadrez

Endossamos a necessidade de uma campanha de valorização dos aposentados e de combate ao etarismo.

ADUFMAT-SSIND

ASSUNTOS DE APOSENTADORIA - RELATO DA MESA REALIZADA DIA 31/10/2024

Por ocasião da Semana do Servidor Público -2024, atividade conjunta realizada pela ADUFMAT e pelo SINTUF, aconteceu na sede da ADUFMAT-SSIND, em Cuiabá, no dia 31/10/2024, a Mesa que discutiu o tema Assuntos de Aposentadoria. Com representantes das seções sindicais e também do INSS, a mesa se concentrou na discussão sobre os seguintes assuntos: RGPS-Regime Geral da Previdência Social, RPPS-Regime Próprio de Previdência Social e RPC- Regime de Previdência Complementar.

As últimas contrarreformas da previdência, EC 41 de 2003 e EC 103, de 2019, além da Lei de criação do Funpresp, tiveram destaque, dado o caráter destrutivo de direitos que as mesmas representam. Em particular, o fim da integralidade e paridade, a cobrança previdenciária de aposentados e a mudança no cálculo das aposentadorias, mudanças essas contidas na EC 41 de 2003, ilustraram esse caráter destrutivo da reforma do governo Lula, ocorrida no ano de 2003.

Quanto a EC 103, de 2019, ocorrida no governo Bolsonaro, uma nova mudança no cálculo do valor das aposentadorias, dessa vez considerando a média de todos os salários do segurado, desde o ano de 1994, forçando ainda mais para baixo o valor da aposentadoria. Mais ainda, no cálculo do valor da aposentadoria, além da média alterada, o segurado tem direito a apenas 60% dessa média mais 2% para cada ano que exceder 20 anos, obrigando o trabalhador a contribuir por 40 anos para ter direito a 100% da média acima

Além disso, ainda com relação a EC 103 de 2019, as regras e o cálculo das pensões, em particular das pensões por morte, revelam o caráter macabro dessa contrarreforma. Um viúvo ou viúva, ao perder um ente querido segurado do RPPS, tem direito a apenas 60% do valor da aposentadoria a que este segurado teria direito, acrescido de mais 10% para cada dependente menor de 21 anos. O caráter macabro fica claro quando notamos que diante da dor da perda de alguém da família, podemos enfrentar sérias dificuldades financeiras para continuar a vida devido a esse rebaixamento da renda da família.

Com relação ao FUNPRESP, uma das advertências foi o caráter privatista do fundo, jogando a aposentadoria nos braços do mercado financeiro, ficando esta a mercê do movimento das ações e títulos negociados na bolsa de valores, podendo, como são conhecidos muitos casos, ficar o segurado sem aposentadoria ou com um valor muito pequeno e insuficiente para o mesmo se manter. Na mesma direção, houve destaque para o fato de que o cálculo do valor da aposentadoria pelo FUNPRESP não guarda nenhuma relação com o salário do segurado, pois, como dito acima, os investimentos no mercado financeiro é que decidirão o valor da aposentadoria.

Um destaque ainda sobre o FUNPRESP, é o caráter individualista que o mesmo confere a cada segurado, pois cada indivíduo, isoladamente, decide pela adesão

ao fundo, decide quanto quer contribuir para o mesmo, sem nenhuma mediação do sindicato, sem nenhuma segurança da parte do governo e sem nenhuma mediação do sindicato do segurado. Um fato que marca bem a desarticulação em que se encontra a classe trabalhadora no momento.

Em todas essas contrarreformas, os governos sempre alegaram déficit da previdência e ameaça de a mesma quebrar ou se tornar insustentável. Com relação, a mesa recuperou a história da Seguridade Social, estabelecida na Constituição de 1988, e as fontes de financiamento da mesma, que além das contribuições de trabalhadores, empresas e governos, conta com com diversas outras fontes de financiamento, como o COFINS, o imposto sobre lucro líquido das empresas, imposto sobre os jogos da loteria, etc. Além disso, a mesma apontou diversos estudos, como o da CPI do SENADO, ocorrida em 2017, e o artigo de Rivânia Moura, ex presidente do ANDES, que apontaram que a previdência é superavitária.

APUFPR-SSIND

Resumo Executivo da Proposta do Coletivo de Aposentados APUFPR-SSIND

Os docentes aposentados da Universidade Federal do Paraná sentem-se prejudicados e alijados da carreira de Magistério do Ensino Superior após a implantação da reestruturação do Plano de Carreira e Cargos do Magistério Federal regida pelas Leis 12.772/2012 e 11.344/2006. A proposta implantada pela Lei 11.344/2006 foi elaborada como uma proposição para saída de um estado de greve e referendada por um Sindicato paralelo ao ANDES-SN – o PROFIES. O texto, ora apresentado, elaborado pelo Coletivo dos Aposentados da APUFPR-SSIND, reforça a causa dos docentes aposentados. O que se busca é uma correção por meio de um reposicionamento na atual carreira. O desmoronamento da carreira docente, além do princípio da separabilidade, revela a intenção de “enxugamento” da folha de pagamento do MEC. Os reajustes que ocorreram de 2016 a 2019 não garantiram a manutenção do poder aquisitivo, situação que se agravou ainda mais, de 2020 a 2022, período em que não tivemos nenhum reajuste.

No passado houve o represamento por diversos anos das professoras e professores no topo da Carreira, na Categoria de Adjuntos e posteriormente, também, na Categoria de Associados para quem ainda não estava como aposentado em 2006, quando foi criada esta Categoria de Associados. Por sua vez, a Categoria de Professor Titular representa atualmente o topo da Carreira Docente, antes representava uma outra Carreira, necessitando inclusive de Concurso Público. As mudanças descritas romperam a paridade e isonomia entre ativos e inativos e distanciaram de forma perversa os aposentados.

Pelo exposto, nossa proposta é para o retorno da paridade e respeito ao princípio da isonomia, presentes na Constituição Federal. Indicamos, portanto, que nossos pleitos sejam defendidos via representatividade sindical e pela APUFPR-SSIND, e que se reforce à mesa de negociações com o Governo Federal as Resoluções aprovadas nos últimos CONADs e Congressos do ANDES-SN pelos direitos das professoras e professores aposentados quanto à paridade e integralidade salarial entre ativo(a)s e aposentado(a)s. **Para este efeito faz-se necessário que o(a)s aposentado(a)s das Categorias de Associados e Adjuntos sejam reposicionado(a)s no topo da Carreira, ou seja, atualmente Professor(a) Titular. Ainda dentro do princípio da isonomia efetuar o reposicionamento do(a)s aposentado(a)s Assistentes e Auxiliares para duas categorias acima. O objetivo desta proposta dar-se-á por Lei ou Medida Provisória ou Decreto.**

ADUFES

O GTSSA na Adufes está organizado com reuniões mensais. Tivemos um debate no dia 2 de outubro, portanto antes da III Jornada, com a presença da professora Lúcia Lopes abrangendo todos os temas propostos. <https://wp.adufes.org.br/2024/09/2-de-outubro->

[participe-da-palestra-a-corrosao-da-aposentadoria-no-contexto-da-contrarreforma-da-previdencia-e-as-lutas-atuais/](#)

Na mesma data aconteceu o Almoço das Aposentadas e dos Aposentados da Adufes, na sede do Sindicato, no campus de Goiabeiras da Ufes. Dezenas de filiadas e filiados estiveram presentes no evento que se transformou em uma grande confraternização na qual a categoria pode reencontrar as/os colegas de trabalho. https://www.instagram.com/p/DAt8gx0NT-8/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==

Reforçamos nossa denúncia em relação ao grave ataque à todo movimento sindical docente, com a cobrança, por parte da Reitoria da Ufes, de boletos relativos a ações na greve de 2024.

☐ Pedimos apoio com a assinatura DAS SEÇÕES SINDICAIS ao manifesto da assembleia da Adufes: <https://wp.adufes.org.br/2024/09/apoio-a-adufes-contracobrancas-de-boletos-da-reitoria-ja-foi-assinado-por-dezenas-de-entidades/>

☐ Reitoria envia boletos bancários à Adufes e categoria define ações de resposta ao que considerou um ataque da Administração Central <https://wp.adufes.org.br/2024/09/criminalizacao-avanca-reitoria-envia-boletos-bancarios-a-adufes-e-categoria-define-acoes-de-resposta-ao-que-considerou-um-ataque-da-administracao-central/>

☐ Nota da categoria docente em relação aos boletos emitidos pela Ufes para pagamento pela Adufes <https://wp.adufes.org.br/2024/09/nota-da-categoria-docente-em-relacao-aos-boletos-emitidos-pela-ufes-para-pagamento-pela-adufes/>

☐ Recurso administrativo da Adufes https://wp.adufes.org.br/wp-content/uploads/Adufes._RECURSO_ADMINISTRATIVO_CUn_assinado.pdf

☐ Reitoria da Ufes não recebeu diretoria do Andes-SN <https://wp.adufes.org.br/2024/10/visita-do-triunvirato-do-sindicato-nacional-a-vitoria-e-marcada-por-decisoes-sobre-o-43o-congresso-do-andes-e-a-recusa-da-reitoria-da-ufes-em-receber-a-entidade/>
https://www.instagram.com/reel/DAozhi2PUPM/?utm_source=ig_web_copy_link

☐ Representantes da Reitoria finalmente recebem a Adufes para tratar da cobrança de boletos relativos a ações de greve <https://wp.adufes.org.br/2024/10/representantes-da-reitoria-finalmente-recebem-a-adufes-para-tratar-da-cobranca-de-boletos-relativos-a-acoes-de-greve/>

☐ Circular Andes-SN n.º 429/2024 - Encaminha link com abaixo-assinado em apoio à Adufes - 4 de outubro de 2024

□ Circular Andes-SN nº 455/2024. - 18 de outubro de 2024. Moções aprovadas no 15º CONAD Extraordinário (p. 12).

INFORMES DA COORDENAÇÃO DO GTSSA

- Foi apresentado o número aproximado de sindicalizados por setor, até o dia da reunião:
 - IFES: cerca de 55 mil
 - IEES/IMES/IDES: cerca de 20 mil
- Informou-se também quanto a proporção de aposentados(as), instituidores(as) de pensão, em relação aos(às) docentes da mesma carreira que ainda não se aposentaram, no âmbito das IFES, de acordo com o Painel Estratégico de Pessoal/ Planejamento. Gov.br

Carreira	Não aposentados	Aposentados/as	Instituidores/as de pensão	Total
Carreira EBTT	48.429 (73,40%)	14.746 (22,35%)	2.808 (4,26%)	65.983 (100%)
Carreira Magistério Superior	87.010 (66,16%)	35.841 (27,25%)	8.672 (6,59%)	131.523 (100%)
Total	135.439 (68,57%)	50.587 (25,61%)	11.480 (5,81%)	197.506 (100%)

Fonte: PEP/Planejamento. Dez 2023. Elaboração própria

➤ **Sobre reenquadramento/reposicionamento**

Apresentação das resoluções desde o 40º Congresso que tratam do reenquadramento/reposicionamento de aposentados(as):

40º Congresso (Setor das IFES)

Exigir reposicionamento dos docentes aposentados e seus pensionistas, de forma a resguardar a posição do docente em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria, considerando a garantia dos direitos decorrentes da aplicação do Art. 192, da Lei nº 8.112/90 (RJU);

65º CONAD (GTSSA)

Lutar pela reposição dos salários do(a)s aposentado(a)s

Lutar pelo retorno do(a)s aposentado(a)s ao projeto de carreira, em função da desestruturação da carreira docente e os impactos nas condições salariais do(a)s aposentado(a)s, decorrentes da não transposição.

Denunciar e promover ações contra o Ministério da Economia que retirou do(a)s aposentado(a)s, por meio de uma nota técnica, os seus direitos com relação ao artigo 192, da Lei no 8.112 do Regime Único do(a)s Trabalhadore(a)s, funcionário(a)s público(a)s, que se aposentaram a partir de 1995, inclusive retroagindo aos já aposentado(a)s.

66º CONAD (GTPE)

Que o ANDES-SN reforce na mesa de negociações com o governo federal o direito ao reenquadramento na carreira de professor(a) aposentado(a) relativo ao topo em que o docente se encontrava com paridade e integralidade salarial entre ativo(a)s e aposentado(a).

67º CONAD (setor das IFES)

Que o ANDES-SN, via Setor das Federais, em diálogo com o Sinasefe, pressione para a criação, composição e pautas, ainda este ano, dos Grupos de Trabalho sobre reenquadramento dos aposentados, insalubridade e entrada lateral junto ao governo federal, previstos no acordo de greve.

Atividades do ANDES-SN sobre reposicionamento/reenquadramento e correlatos:

- Envio da **Carta nº 513** de 16 novembro de 2023 ao Ministério da Educação, solicitando audiência pública, na qual consta, no item 11, o reposicionamento na carreira (**Anexo 1**);
- Solicitação ao MEC, por meio da **Carta nº 04/2024**, do levantamento de informações sobre docentes que potencialmente poderão mudar de adjunto 4 para associado 1, considerando a Lei 11.344/2006. Nos termos da Lei seriam os docentes que, no momento da promulgação, estavam como Adjunto 4 há mais de 2 anos, possuíam o título de doutor, que após avaliação de desempenho poderiam fazer o reposicionamento. A carta apresenta argumentos sobre a dispensa de avaliação de desempenho de aposentadas(os) (**Anexo 2**);
- No ofício conjunto do ANDES-SN e do Sinasefe nº **02/2023**, de 04 de agosto de 2023, no item 4, mais uma vez, foi solicitada a inclusão do reposicionamento nos processos de negociação (**Anexo 3**);
- No dia 07/11, quando da entrega ao MEC da **Carta 308/2024** (**Anexo 4**) sobre previdência social, foi ratificada a solicitação efetuada por meio da carta **04/2024** (**Anexo 2**).
- No dia 24 de janeiro de 2024, durante o ato público realizado em Brasília, o ANDES-SN compôs a Comissão de Entidades que entregou à Secretaria Geral da

Presidência da República, o **ofício 01/2024** dirigido ao Presidente Lula, com reivindicações relacionadas aos aposentados/as. (**Anexo 5**).

- **Sobre IN SGP/SEGGG/ME nº 15 de 16 de março de 2022**, que estabelece orientações sobre a concessões de **insalubridade**, foi informado que está se encontra no rol dos itens a serem debatidos em grupo de trabalho com o governo federal, como desdobramento da greve das federais.

- **Fim da contribuição de aposentadas(os) e pensionistas**
 - A **circular nº 278/2024** de 9 de julho de 2024 traz informações detalhadas sobre o tema, incluindo o debate sobre a PEC 555/2006 e desdobramentos, a PEC 06/2024 e a situação do debate no Supremo sobre o assunto (**Anexo 6**);
 - O ANDES-SN tem realizado reuniões com as entidades do serviço público federal que tem posição de defesa do fim da contribuição, sem escalonamentos;
 - Foi realizada audiência pública na Comissão de Legislação Participativa sobre o assunto, da qual o ANDES-SN participou, no dia 27 de junho de 2024, e defendeu o fim da contribuição de aposentados e pensionistas, sem escalonamentos;
 - Foi entregue carta aos parlamentares com a posição do ANDES-SN (**Anexo 7**);
 - Este foi um dos pontos centrais da III Jornada para Assuntos de Aposentadoria.

- Sobre a **PEC66/2024**, cujo artigo 40-A estabelece que as regras de previdência social referente aos servidores públicos federais constantes na EC103/2019 devem ser estendidas aos estados, municípios e Distrito federal, e que estes podem estabelecer regras ainda mais severas em relação ao equilíbrio financeiro e atuarial. O artigo foi retirado no relatório da CCJ da Câmara dos Deputados, após pressão dos movimentos sociais, mas ainda corre o risco de retomada. É preciso que as entidades se mantenham em alerta.

- Sobre a **PEC 139/2015** que trata do fim do abono permanência para servidores públicos federais está em debate na Câmara e o ANDES-SN tem reforçado as lutas contrárias à sua aprovação;

- **Pacote antipopular com medidas de austeridade** contra os direitos de seguridade social, pode atingir os direitos referentes ao BPC e financiamento da saúde;
 - O ANDES-SN assinou o manifesto antipopular contra as medidas de cortes sociais e está colhendo assinaturas (**Anexo 8**).

- **Campanha FUNPRESP: garantia de incertezas.**
 - Foi lançada no CONAD extraordinário, em outubro, com transmissão ao vivo, distribuição de camisetas, adesivos e folder sobre a temática;
 - Na III Jornada, a inclusão do tema fez parte do desdobramento da campanha;

- Há uma sequência de temas a serem debatidos no curso dos meses subsequentes até abril de 2025;
 - Serão coletados alguns depoimentos de especialistas sobre o tema;
 - Várias seções sindicais já realizaram e outras estão planejando realizar debates sobre previdência e fundo de pensão como parte das atividades da campanha.
- **Segunda etapa da enquete sobre condições de trabalho e saúde docente:**
- A coleta de dados teve início em setembro de 2024 e se estenderá até dezembro de 2024.
 - O ANDES-SN faz acompanhamento sistemático da quantidade de formulários preenchidos diariamente por docentes de todas as seções sindicais;
 - Maiores informações serão dadas no item de debate do assunto nesta reunião.
- **Sobre a III Jornada para Assuntos de Aposentadoria**
- Foi realizada nos dias 7 e 8 de novembro em Brasília, com a participação de 44 docentes da base do ANDES-SN, que juntamente com representantes de outras entidades sindicais do funcionalismo público totalizaram 204 participantes;
 - O ANDES-SN convocou a III Jornada e esta foi encampada por entidades que compõem o Fonasefe, Fonacate e centrais sindicais;
 - Foi realizada reunião preparatória na sede do ANDES-SN, após necessidade de alteração da programação inicial, em decorrência de atividades da cúpula do G20. Estiveram presentes: ANDES-SN, Fenajufe, Sinasefe, CBSP, Fenasps, Sindifisco, Fasubra, CSP-Conlutas, SindReceita, entre outras;
 - A programação contou com debate sobre a corrosão dos direitos previdenciários dos servidores públicos, na sede do ANDES-SN, no dia 7/11 pela manhã, com a presença das entidades (Fenajufe, Andes, Sindifisco, Fenasps, Sinasefe, Fasubra, CSP-Conlutas) e quatro parlamentares (Erika Kokay / PT-DF; Luciene Cavalcanti / PSOL-SP, Sâmia Bomfim / PSOL-SP, Fábio Felix – PSOL-DF), com transmissão ao vivo pelas redes sociais das entidades. A deputada Sâmia Bonfim (PSOL-SP), proponente original da Audiência Pública, participou remotamente;
 - Ainda nesta manhã do dia 7/11 foram entregues as **cartas 307 e 308/2024** aos Ministérios da Previdência Social e da Educação, pedindo apoio pela revogação das contrarreformas da previdência social (**Anexo 9**).
 - Na tarde do dia 7/11 foram realizadas duas atividades: panfletagens na rodoviária e Ato Público no Museu Nacional;
 - No dia 8/11, na parte da manhã, o debate foi sobre os limites de acesso à aposentadoria e à tarde sobre fundos de pensão, com destaque para o FUNPRESP.
 - A Jornada encerrou com a participação de MC Fernandes e Amigos do projeto de extensão da UnB sobre Batalha de Rimas.

➤ **Sobre Auxílio Nutrição**

- O Fonasefe propôs debate sobre auxílio nutrição para aposentadas(os). O ANDES-SN historicamente apresenta a defesa de uma linha única no contracheque, priorizando a valorização salarial e recusando a compensação através de auxílios. Precisamos acumular sobre o tema.

➤ **Implicações do Acordo de Greve Federal 2004 para as(os) aposentadas(os)**

- O debate no âmbito federal foi difícil e nenhuma categoria conseguiu reajuste no ano de 2024, exceto as que já tinham essa previsão, como exceção nos termos das regras do Arcabouço Fiscal. Todavia, a criação do GT pós-Greve para tratar de assuntos como reposicionamento/enquadramento; insalubridade e outros, envolve aposentados/as e coloca a possibilidade de luta por avanços;
- Nas greves desencadeadas nas universidades estaduais em 2024, de forma geral, aposentadas(os) foram contemplados nos acordos, mesmo nos casos em que os ganhos se deram através de mudanças na carreira.

➤ **Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde**

- Temos representação no colegiado. Compomos a luta contra a privatização do Hospital Federal de Bonsucesso no Rio de Janeiro, cujas/os trabalhadoras/es sofreram repressão durante manifestação, com prisão de uma companheira.
- Esta luta faz parte da luta mais geral em defesa dos HUs, contra a EBSERH e congêneres.
- Assinamos Manifesto em Defesa da Cúpula dos Povos durante o G20.

- **Decreto 10.620/2020** que transfere a responsabilidade de reconhecimento de direitos de aposentadorias e pensões para o INSS, teve o repasse dessa responsabilidade suspensa até dezembro de 2024, podendo ser prorrogada por mais um ano por ato do Ministério de Gestão de Pessoas.

09/11/2024 (SÁBADO) – TARDE

LISTA DE PRESENÇA

COORDENAÇÃO: Gilberto Grassi Calil; Josevaldo Pessoa da Cunha; Maria Lúcia Lopes da Silva e Michele Schultz Ramos

Adelson Fernandes Moreira (SINDICEFET-MG); Adroaldo Oliveira dos Santos (ADUFS-BA); Aloisio da Silva Lima (ADUFPB); Angélica Conceição Dias Miranda (APROFURG); Antônio Carlos Gondim (APUFPR); Antônio Kelson Vieira da Silva (ADUFPI); Célia Soares Martins (APRUMA); Celeste Pereira (ADUFPEL); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Edson Franco de Moraes (ADUFPB); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Eva Bessa Soares (ADUFOP); Francisco José da Costa Alves (ADUFSCAR); Gihad Mohamad (SEDUFMS); Jadir Camargo Lemos (SEDUFMS); João Claudino Tavares (ADUFF); Luciana de Amorim Nobrega (ADUR-RJ); Maria Conceição Lobato Muniz (APRUMA); Maria Silvia Viccari Gatti (ADUNICAMP); Maria do Socorro Solano de Andrade de Oliveira (ADUFPI); Neli Edite dos Santos (ADUFU-SS); Nilza de Oliveira Sguarezi (ADUFMAT); Paulo Santos Assis (ADUFOP); Pedro Henrique Antunes da Costa (ADUNB); Regina Célia da Silva (ADUNICAMP); Regina Cohen de Barros (ADUR-RJ); Ricardo Roberto Behr (ADUFES); Sandra Mara Alessi (APUFPR); Sara Granemann (ADUFRJ); Silma do Carmo Nunes (ADUFU-SS); Vera Lucia da Rocha Pereira (ADUFPA); Verônica Silva Fernandez (ADUFF) e Virgínia Márcia Assunção Viana (SINDUECE).

AVALIACÃO DA III JORNADA PARA ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

- A jornada foi muito rica e representativa, tendo possibilitado muitos aprendizados e fortalecido a luta em defesa de aposentadoria integral, com paridade e fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas;
- A mobilização interna foi expressiva, com a participação de 44 docentes, representado mais de 20 seções sindicais;
- Os debates foram de qualidade e diversificados;
- Foi importante ter agregado entidades e servidoras(es) de outras áreas;
- É necessário conscientizar a sociedade sobre a importância dos serviços e servidoras(es) públicos;
- É preciso levar para as bases o debate sobre o significado da aposentadoria como elemento de valorização da carreira docente, em que se incluem aposentadas(os);
- A participação de pessoas que ainda não se aposentaram deu uma dimensão mais ampla do evento, mas, é necessário ampliar essa participação e trazer mais pessoas que ainda não se aposentaram para compor o GTSSA;
- A Jornada foi importante para acumular forças e dar visibilidade às pautas, mas é necessário ir sempre além da universidade;
- A mudança de programação por causa do G20 terminou por fortalecer o ANDES-SN na direção dessa luta em defesa da aposentadoria integral, com paridade;
- A mobilização junto aos parlamentares ficou prejudicada e precisa ser retomada;
- É preciso retomar a audiência que foi cancelada no Congresso;
- É papel de cada um(a) multiplicar o que foi aprendido na jornada;

- Mostrar que FUNPRESP é um engodo é de fundamental importância;
- É preciso continuar produzindo material de qualidade e usar ferramentas de comunicação, como as redes sociais, para informar jovens sobre FUNPRESP;
- Devemos pensar em uma marcha para o Congresso Nacional em favor da aposentadoria digna, com integralidade e paridade;
- A jornada possibilitou que a pauta da aposentadoria fosse assumida mesmo com muitas coisas acontecendo: pós-greve, G-20 e tantas outras lutas;
- Devemos articular novas gerações. “Eu acredito é na rapaziada...”
- Será importante garantir lançamento da cartilha sobre FUNPRESP nas seções sindicais e Regionais;
- Foi acertada a decisão de realizar o III Jornada, com retomada do debate sobre a revogação das contrarreformas;
- Mesmo com redesenho da programação, garantimos um bom debate, com uma quantidade importante de pessoas e entidades, presença de deputadas(os), com o ANDES-SN na direção do processo;
- O único prejuízo foi o contato com parlamentares no Congresso, que poderá ser recuperado;
- Houve interlocução com população com a panfletagem na rodoviária e ato;
- A entrega da carta nos Ministérios da Previdência e da Educação foi importante;
- Devemos envolver estados e municípios no debate sobre os fundos de pensão;
- A campanha pela não adesão ao FUNPRESP de agora é diferente da anterior pelo número de adesões;
- A campanha mostrou o fortalecimento do GTSSA nas seções sindicais, mas é preciso ampliar esse fortalecimento;
- Devemos reverberar as campanhas organicamente, repetir o óbvio. Uma das barreiras para sair do FUNPRESP é não poder reaver o valor investido, fora dos parâmetros estabelecidos atualmente;
- Devemos levar a Jornada para dentro das IES. Há preocupação com a universidade que a pandemia criou;
- É importante divulgar dados e simulações de cenários sobre os limites de aposentadoria pelos fundos de pensão, tomando um salário e, idade, tempo de contribuição, como parâmetros;
- A III Jornada remeteu à CNESF que a partir do governo Lula se desfez, se desdobrando no FONACATE e FONASEFE. Sensação de recomeço;
- A III Jornada fortaleceu o debate sobre proposta o reposicionamento de aposentados. Porém, sobre a proposta de judicialização dessa demanda foi informado que há sumula vinculante contrária, nota técnica da AJN demonstra isso (**Anexo 10**). APUFPR perdeu em todas as instâncias.

RETOMADA DAS RESOLUÇÕES

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

Previdência Social

1. Dar continuidade à luta, juntamente com outras entidades do funcionalismo público, pelo fim da contribuição previdenciária de aposentados(as) e pensionistas, ajudando a organizar uma campanha nacional que envolva o conjunto das categorias nessa luta, especialmente os(as) aposentados(as);
2. Acompanhar a tramitação da PEC 133/2019, lutando para evitar prejuízos previdenciários aos(as) servidores(as) dos estados, Distrito Federal e municípios.

Saúde

3. Dar continuidade à luta em defesa do SUS 100% público e gratuito, estatal, laico, universal, sob controle da sociedade, fortalecendo a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde e contribuindo com outros movimentos que atuem nesse sentido;
4. Continuar a luta pelo financiamento público adequado para os Hospitais Universitários e outras unidades de saúde que garantam a formação adequada de profissionais de saúde que fortaleçam o SUS;
5. Fortalecer a luta antimanicomial, prezando pelos preceitos da Reforma Psiquiátrica e denunciando a transferência do fundo público para as chamadas “Comunidades Terapêuticas”;
6. Lutar por políticas de saúde da trabalhadora e do trabalhador nas instituições, assim como por adequado encaminhamento e atendimento das pessoas adoecidas, respeitando os preceitos do SUS e os princípios de qualidade de vida do trabalhador;
7. Que o GTSSA debata o SIASS em uma de suas reuniões, com o propósito de acumular sobre o assunto, tendo como perspectiva a atenção à saúde dos(as) servidores(as) e o fortalecimento do SUS.

O 67º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

PARTE 1 – TRs REMETIDOS DO 42º CONGRESSO DO ANDES-SN

1. Dar continuidade à luta pela revogação das contrarreformas da previdência social, com impacto para o conjunto da classe trabalhadora, servidores(as) da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, desde o governo FHC até o momento, incluindo a EC nº 41/2003, sobretudo no que se refere à contribuição previdenciária de aposentados(as)

e pensionistas; as normas restritivas referentes às pensões por morte; o fim da FUNPRESP; a EC 103/2019, as contrarreformas estaduais e municipais, entre outras.

2. Retomar a campanha pela não adesão à FUNPRESP e às entidades com a mesma natureza e objetivo no âmbito dos estados e municípios, esclarecendo a categoria sobre os possíveis riscos e consequências dessa adesão e reforçando a luta pela aposentadoria com salário integral e paritário do funcionalismo público.

2.1. Seguir lutando pela revogação da Lei n 13.183/2015, que torna automática a adesão à FUNPRESP, articulando pela revogação da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) do dia 7 de fevereiro de 2024, que permite que empregadores, sejam eles do setor público ou privado, possam utilizar a adesão automática.

3. Realizar a III Jornada para Assuntos de Aposentadoria no segundo semestre de 2024, precedida de jornadas organizadas pelas seções sindicais, com a centralidade das temáticas: balanço dos fundos complementares de aposentadoria das várias esferas, fim da contribuição previdenciária de aposentados(as) e pensionistas e revogação da contrarreforma previdenciária.

4. Continuar a luta pela completa revogação do Decreto 10.620/2021 que transfere para o INSS a competência de concessão e manutenção das aposentadorias e pensões dos(as) servidores(as) das autarquias e fundações públicas federais.

5. Continuar a luta para que a gestão dos Hospitais Universitários fique no âmbito das universidades, sem ingerências do setor privado, em que se inclui a não contratualização da EBSEH como entidade gestora.

5.1. Que o ANDES-SN, via secretarias regionais e seções sindicais, se some à Frente Nacional contra Privatização da Saúde (FNCS) na luta em defesa dos hospitais federais contra a transferência de suas gestões para a EBSEH.

6. Que o ANDES-SN avalie ampliar a realização da enquete quando requerida a participação da base por docentes às regionais.

PARTE 2 – RESOLUÇÕES DOS TRs DO 67º CONAD

1. Defender a manutenção das vinculações (pisos) constitucionais de saúde e educação previstos nos art. 198, § 2º, Inciso I da Constituição Federal (saúde) e art. 212 da Constituição Federal (educação).

2. Defender a manutenção do valor mínimo dos benefícios previdenciários e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) destinado às pessoas idosas e pessoas com deficiência (art. 203 da Constituição Federal) igual ao valor do salário-mínimo.

3. Que o GTSSA discuta na próxima reunião a realização de um ato nacional a ser construído em conjunto com as regionais e S.Sind. pela revogação dos descontos

previdenciários dos salários das/os aposentadas/os e pensionistas, a ser realizado no 1o. semestre de 2025.

4. Intensificar a campanha pela revogação da contribuição previdenciária das/dos aposentadas/os e pensionistas na Jornada de Lutas e demais atividades de Assuntos de Aposentadoria.

- Informe sobre desconto da contagem de tempo para pagamento de vantagens (biênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio etc.): há dois processos em curso, julgamento no STF e conjunto de PLs cujo relatório já foi aprovado e já poderia ir à votação, mas está na mão do Lira.
- Construímos a Conferência Livre Nacional da FNCPS de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde: “Fortalecendo a Participação Social Contra a Privatização da Saúde”, com documento sintetizando diretrizes e propostas (**ANEXO 11**).

CONJUNTURA

- Do ponto de vista internacional, a luta em defesa da causa palestina e pelo fim do genocídio sionista desse povo por parte de Israel precisa ser fortalecida;
- A eleição de Donald Trump é um retrocesso e repercutirá no mundo inteiro, como fortalecimento da extrema direita;
- A política estadunidense pode ser caracterizada como um pseudo progressismo neoliberal. Tanto democratas quanto republicanos tiveram menos votos em relação às eleições anteriores;
- Nota-se o avanço da extrema-direita mundialmente;
- Os extremistas estão saindo do esgoto após a 2ª Guerra;
- A guerra entre Rússia e Ucrânia tem se tornado cada dia uma ameaça mais forte para envolvimento de outros países;
- Na conjuntura nacional, a correlação de forças continua desfavorável à classe trabalhadora, a política de austeridade favorece os capitais;
- O governo Lula-Alckmin expressa profundo compromisso com o rentismo;
- Isso repercutiu nas negociações nas greves e dificultou as negociações;
- Foi manifestada uma avaliação, embora não consensual, de que saímos sem nada na greve de 2024;
- Ressaltou-se a importância de lutar pelo cumprimento do acordo de greve;
- O governo brasileiro se caracteriza como de centro-direita, com perseguição aos movimentos grevistas e não atendendo aos anseios;
- Economicamente, estamos numa fase de novas partições do fundo público, com políticas de austeridade e destruição das políticas sociais;
- A Câmara tem 142 deputadas(os) da base do governo;

- É preciso reforçar campanha contra o Congresso e Banco Central;
- Não há muita derrota nas eleições municipais porque há efeitos locais;
- O centrão saiu muito fortalecido nas eleições municipais e isso pode repercutir nas eleições para a Câmara Federal;
- Só se combate o fascismo com política radical. Manifestações de 2013 não foram exitosas, mas não foi o começo do golpe, que foi iniciado de fato em 2015.

10/11/2024 (DOMINGO) – MANHÃ

LISTA DE PRESENÇA

COORDENAÇÃO: Gilberto Grassi Calil; Josevaldo Pessoa da Cunha; Maria Lúcia Lopes da Silva e Michele Schultz Ramos

Adelson Fernandes Moreira (SINDICEFET-MG); Adroaldo Oliveira dos Santos (ADUFS-BA); Aloisio da Silva Lima (ADUFPB); Angélica Conceição Dias Miranda (APROFURG); Antônio Carlos Gondim (APUFPR); Antônio Kelson Vieira da Silva (ADUFPI); Célia Soares Martins (APRUMA); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Edson Franco de Moraes (ADUFPB); Eva Bessa Soares (ADUFOP); Gihad Mohamad (SEDUFMS); Jadir Camargo Lemos (SEDUFMS); João Claudino Tavares (ADUFF); Luciana de Amorim Nobrega (ADUR-RJ); Maria Conceição Lobato Muniz (APRUMA); Maria Silvia Viccari Gatti (ADUNICAMP); Maria do Socorro Solano de Andrade de Oliveira (ADUFPI); Neli Edite dos Santos (ADUFU-SS); Nilza de Oliveira Sguarezi (ADUFMAT); Paulo Santos Assis (ADUFOP); Pedro Henrique Antunes da Costa (ADUNB); Regina Célia da Silva (ADUNICAMP); Regina Cohen de Barros (ADUR-RJ); Ricardo Roberto Behr (ADUFES); Sandra Mara Alessi (APUFPR); Sara Granemann (ADUFRJ); Silma do Carmo Nunes (ADUFU-SS); Vera Lúcia da Rocha Pereira (ADUFPA); Verônica Silva Fernandez (ADUFF) e Virgínia Márcia Assunção Viana (SINDUECE).

DEBATE SOBRE SIASS

Resolução do 42º Congresso:

“Que o GTSSA debata o SIASS em uma de suas reuniões, com o propósito de acumular sobre o assunto, tendo como perspectiva a atenção à saúde dos(as) servidores(as) e o fortalecimento do SUS.”

- É resultado do debate da reunião do GTSSA de um ano atrás;
- Com base na definição oficial do governo, “O **SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal**, instituído pelo **Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009**, tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da

saúde dos servidores. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pela rede de Unidades SIASS tem como base as informações integrada pelos eixos da PASS, no trabalho de equipes multidisciplinares, e nas avaliações dos ambientes e relações de trabalho, sendo a rede SIASS responsável, dentre as principais, por: Perícia médica e odontológica; Ações de promoção à saúde; Apoio assistencial nos casos de agravos instalados; Readaptação profissional; Registro dos acidentes no trabalho; Identificação do nexos nas doenças ocupacionais; Confecção de laudos ambientais, Vigilância dos ambientes”¹;

- Assim, no discurso oficial, o foco é na política de reestabelecimento da saúde da força de trabalho e sua volta ao trabalho;
- A implantação do SIASS foi há uns 14 anos. Iniciou com projeto piloto envolvendo 5 universidades, incluindo a UFES. O SIASS é um sistema de controle. Por isso é fundamental a defesa do SUS. Existem várias interrogações sobre o tema: Se ampliar, vamos ampliar o quê? Como o SIASS está funcionando em cada universidade? Pessoas precisaram e não tiveram acesso. Situação de colega aposentada com depressão – o setor não atende. SIASS para quem é para quê? O SIASS é voltado para pessoas que estão trabalhando. E as/os aposentadas/os? E seus/suas familiares?
- A tese de Sérgio Arouca é que o SIASS trata de prevenção numa lógica de resgate da força de trabalho e, por isso, não faz sentido incluir aposentadas/os;
- A Enquete tem perguntas sobre processo de assistência e atendimento às/aos docentes nas instituições. As respostas podem subsidiar debates sobre SIASS;
- A direção do movimento docente certamente concordará com defesa e fortalecimento do SUS, mas não sabe se a base vai nessa direção. Acredita-se que muitas/os vão defender o SIASS;
- No caso das estaduais, a saúde é tratada no estatuto do servidor/a. Ex. Na Bahia a perícia médica centraliza o atendimento do conjunto dos/as trabalhadores/as;
- Os Fóruns de Saúde de Segurança do Trabalho, hegemonicamente defendem o SUS. Ressaltou-se no debate, que defender o SUS, pressupõe ter controle sobre ele, com participação na conferência e conselhos de saúde;
- Há um desconforto com nível de adoecimento docente, é muito difícil levantar dados. Qual a intenção de debater o SIASS? Que tipo de relação temos de buscar em cada unidade?
- Esse debate atende à deliberação de reuniões anteriores do GTSSA é de suma importância fazê-la;
- É necessário ter um levantamento epidemiológico;
- No SIASS não há ações sobre adoecimento, como mental, há cerceamento para recebimento de insalubridade e periculosidade;

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/siass>

- É preciso reforçar a defesa do SUS, mas tem de haver responsabilização das universidades e do governo sobre as condições de trabalho e adoecimento das/os docentes;
- O núcleo de vigilância de saúde vinculado ao SUS foram abandonados depois da pandemia;
- O SIASS não funciona satisfatoriamente na maioria de seus núcleos;
- SIASS volta-se basicamente para controle da força de trabalho. Grande parte da categoria não depende do SUS por terem planos de saúde. Quem conhece o processo de adoecimento docente são planos de saúde;
- Não dá para formular uma proposta que outro SIASS é possível. Sugestão de TR que denuncie o caráter de controle do trabalho, com retorno precoce ao trabalho. Defesa de condições de trabalho, garantia de condições salubres;
- É importante resgatar a concepção de saúde do(a) trabalhador(a) numa lógica contra hegemônica, que questione o conceito de saúde ocupacional;
- O conceito de Saúde Única, recentemente trazido pela OMS, parece que reúne melhor a abordagem que defendemos. Em São Paulo, há desmonte do IAMSPE, que é a via de atendimento para servidoras(es) oferecida pelo estado;
- Todas as pessoas dependem do SUS, p.e., vacinação e tratamento de alta complexidade;
- Lógica de saúde do trabalhador/a durante o trabalho e depois dele. Lei nº 14.681/2023 é uma referência;
- A lógica é permanecer vivo. O SUS não nos atende satisfatoriamente. Falta de assistência adequada na ausência gera angústia;
- Que SUS estamos defendendo? Na UFF, exames preventivos são feitos pela instituição. Muitas(os) aderem a planos de saúde hospitalar. Os planos de saúde focam nos planos de saúde coletivos. Qual a saída para a contradição que temos? SUS de 1988 caminha para privatização (OSS etc);
- Nas estaduais, passamos por processos de reforma. Nós íamos para os Institutos para atendimento. Há uma lógica no SIASS que devemos combater. Governo do estado do Ceará deixou de repassar recursos para o Instituto, num processo de privatização. Formação de profissionais de saúde: complexo para atendimento em todos os níveis, mas não está funcionando;
- A universidade se responsabilizou pela saúde do/a trabalhador/a. Secom na Unicamp é 100% SUS. Atende vacinação, todos da ativa e aposentados/as, médico e odontológico. Setor implantado durante a pandemia. Oferece orientação para prevenção, grupos de apoio. A Adunicamp tem convênio médico e odontológico, impossível de ser rompido. Tenta separar plano do sindicato. Ganham auxílio saúde, excluindo aposentadas/os. A universidade faz perícia uma vez por ano;

- Defender planos de saúde é extremamente complicado. ADUFU recebe todo mês relatório da Unimed e é humilhante. Grande parte das/os filiadas/os que estão no sindicato por causa de plano está com dificuldade. Muitos/as não pagam e geram transtorno para a Seção Sindical. Não sabe por quanto tempo a Seção Sindical sustentará esse modelo. Sinistros entram na negociação. Acredita que os dados são simples de serem acessados nas Sindical que tem plano;
- **Síntese do debate e encaminhamentos sobre o SIASS:**
O SIASS baseia-se em uma visão de saúde restritiva, centrada no controle e reestabelecimento da saúde da força de trabalho. Não possui uma política de prevenção, atua sobre as consequências. É contraditório para o ANDES-SN defender o SUS para o conjunto da classe trabalhadora e fazer a defesa de um atendimento de saúde exclusivo para os servidores públicos. Por isso, o que deve orientar a defesa do nosso sindicato nacional é o fortalecimento do SUS universal, estatal e totalmente gratuito. Paralelamente, é preciso exigir das universidades e institutos federais a responsabilidade pelas condições de trabalho que preservem a saúde docente. É de sua competência, como de todos os demais órgãos do serviço público, a preservação da saúde do/a trabalhador/a dos serviços públicos sob sua responsabilidade. É preciso também continuar o debate sobre o SIASS, denunciando o seu caráter controlador e funcionamento precário. Esse debate deve ser subsidiado, por um lado, pelos resultados da enquete em relação à saúde docente e por outro, por levantamento sobre o funcionamento do SIASS e congêneres nos estados e municípios. Deve-se também procurar levantar junto aos planos de saúde oferecidos pelas seções sindicais, o perfil de saúde da(o)s docentes, quais as doenças mais prevalentes. E, no bojo desse debate, deve-se também debater sobre a oferta ou não de planos de saúde pelas seções sindicais.

ENQUETE

Segunda etapa está em andamento. Equipe técnica ampliada: Pedro Costa, Cenira e Amanda.

Já apresentamos dados da 1ª etapa, entre junho e julho, em 11 instituições. Etapa teste para avaliar o formulário e envolvimento da categoria. Condições: 11 IES, IFs e CEFETs, critério de praticidade: nas instituições em que pessoas envolvidas atuam. Um estagiário em cada IES na primeira etapa. 2300 respostas em um mês.

Encaminhamentos

- 1- Fortalecer a pressão sobre os parlamentares em relação à revogação das contrarreformas da previdência social, com ênfase na Emenda Constitucional nº 41/2003, que acabou com a aposentadoria integral, com paridade e impôs a

- contribuição de aposentados e pensionistas. Indicar os dias 27 e 28/11 para encher a Caixa dos parlamentares com o panfleto que seria entregue no dia 7/11;
- 2- Manter em implementação as resoluções de CONAD e Congressos, cujos objetivos não foram totalmente atingidos, fazendo as necessárias modificações;
 - 3- Efetuar o levantamento sobre a implantação dos fundos de pensão nos estados e municípios por determinação da EC nº 103, com o propósito de subsidiar as lutas em defesa da aposentadoria integral, com paridade e denunciar esses fundos;
 - 4- Construir condições para a realização de uma conferência livre de saúde docente;
 - 5- Fortalecer a luta em defesa do RJU juntamente com outros setores do funcionalismo, a partir do debate sobre carreira, juntamente com os setores e GT Carreira;
 - 6- Avançar na construção de uma proposta de reposicionamento/reenquadramento de aposentados tomando por base as resoluções do CONAD extraordinário sobre carreira e as proposições debatidas no âmbito do GTSSA. Essas discussões devem ocorrer em conjunto com o GT Carreira e os setores.

Posições debatidas no GTSSA:

- a) Proposta do grupo de aposentados da UFPR: os assistentes e Auxiliares devem subir dois níveis; os que se aposentaram como Adjunto IV e os que permaneceram na carreira, após a Lei 11.344/2006 e se aposentaram como associados devem subir para a classe de titular;
 - b) Proposta oposição UFSC Adjunto IV, com mais de 2 anos, que possuía título de doutor, em 2006, deve ser reposicionado como associado 1;
 - c) ADUFSCAR: os que aposentaram como Adjunto IV devem ser reposicionados como titular;
- 7- O lançamento da cartilha sobre FUNPRESP deve ser feita no congresso, mas também nas seções sindicais;
 - 8- Em relação aos SIASS, o que deve orientar a defesa do nosso sindicato nacional é o fortalecimento do SUS universal, estatal e totalmente gratuito. Paralelamente, é preciso também exigir das universidades e institutos federais a responsabilidade pelas condições de trabalho que preservem a saúde docente. Deve-se também, continuar o debate sobre o SIASS, denunciando o seu caráter controlador e funcionamento precário. O debate será subsidiado pelos resultados da enquete em relação à saúde docente e por levantamento sobre o funcionamento do SIASS e congêneres nos estados e municípios.
 - 9- É importante estudar formas de efetuar um levantar junto aos planos de saúde oferecidos pelas seções sindicais, sobre o perfil de saúde dos docentes, quais as doenças mais prevalentes. E, no bojo desse debate, deve-se também debater sobre a oferta ou não de planos de saúde pelas seções sindicais;
 - 10- Trabalho nas bases, especialmente com as(os) que ingressaram mais recentemente, das novas gerações: informações sobre aposentadorias (diferentes modalidades de aposentadoria por causa das contrarreformas, FUNPRESP etc);

- 11- Ocupar as ruas: construção de ato/marcha em favor da aposentadoria digna, com integralidade e paridade;
- 12- Garantir a audiência pública sobre aposentadorias (inclusive desconto aposentadas/os e pensionistas) que foi cancelada por causa do G20;
- 13- Reforçar a luta pela manutenção dos pisos constitucionais da saúde e educação, BPC e reajuste do salário mínimo;
- 14- Continuar a luta pelo cumprimento do acordo de greve;
- 15- Fortalecer a luta pelo fundo público, contra políticas de austeridade e destruição das políticas sociais;
- 16- Continuar a acompanhar o processo de financeirização dos fundos dos estados e municípios;
- 17- Divulgar e atualizar a cartilha sobre RPPS nos estados e municípios;
- 18- Incentivar as S.Sind. a criarem rotinas de acompanhamento dos dados atuariais em estados e municípios e realizarem análises dos impactos das contrarreformas da previdência, em especial EC 103/2019 que elevou as idades para aposentadoria;
- 19- Isonomia e equidade entre os 3 poderes no recurso para saúde suplementar;
- 20- Sobre auxílio nutrição – não houve defesa.

Tendo cumprido a pauta proposta, encerramos a reunião dentro do horário.

Os anexos podem ser acessados através do *link* a seguir: <https://is.gd/YvkWvi>.